de Julho, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 12.º

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 235.º «Outros encargos»:

Do n.º 2) «Missões de estudo no País ou no estrangeiro» — 30.000\$00

Para o n.º 1) «Representação em congressos e reuniões internacionais no estrangeiro» + 30.000\$00

11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 1 de Julho de 1954.— O Chefe da Repartição, *Manuel Moreira da Cunha*.

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Agricultura, por seu despacho de hoje, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 3.º

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 53.º «Outros encargos»:

Do n.º 3) «Subsídios a cofres ou organizações metropolitanas, ultramarinas ou estrangeiras»:

a) «A estações e postos agrários, brigadas técnicas e outros núcleos de investigação agronómica e associações agrícolas (Decreto-Lei n.º 23 314, de 6 de Dezembro de 1933)» — 30.000\$00

Para o n.º 7) «Compra, realização e exibição de filmes e outras despesas com fotografia e projecção» + 30.000\$00

11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 2 de Julho de 1954.— O Chefe da Repartição, *Manuel Moreira da Cunha*.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processo n.º 55 548. — Autos de agravo vindos da Relação de Coimbra. — Recorrente para o tribunal pleno, Ilda Duarte Dias; recorrida, Silvina das Dores Brito Faustino.

Acordam, em plenário, os juizes do Supremo Tribunal de Justiça:

Nos termos do artigo 763.º do Código de Processo Civil, Ilda Duarte Dias interpôs recurso para o tribunal pleno, com o fundamento de haver opposição sobre o mesmo ponto de direito entre os Acórdãos de 20 de Janeiro de 1928, publicado na *Colecção Oficial*, no vol. XXVII, a p. 19, e o de 28 de Novembro de 1952, constante destes autos.

O recurso é legal, visto os acórdãos terem sido proferidos no domínio da mesma legislação, haver transitado em julgado o primeiro e existir entre eles a opposição invocada.

As partes produziram alegações, tendo o douto representante do Ministério Público dado o seu parecer.

Cumpra, consequentemente, decidir o conflito de jurisprudência existente.

A hipótese julgada nestes autos é, em síntese, a seguinte:

Tialbina Duarte, filha ilegítima, faleceu antes de seu pretense pai, o qual à data do nascimento da mesma era solteiro.

Dados estes factos, Tialbina, quando faleceu, podia intentar a acção de investigação de paternidade ilegítima, a que tinha direito, por ser vivo e encontrar-se no estado de solteiro o seu suposto pai (artigo 37.º do decreto citado).

Tialbina transmitiu, pois, ao falecer, esse direito à autora, sua filha, Ilda Duarte, a qual, nos termos do § único do artigo 42.º do mesmo diploma, o devia exercer dentro do prazo de um ano, *a contar do falecimento de sua mãe*.

E como a autora, Ilda Duarte, na qualidade de herdeira de Tialbina, não instaurou a acção a partir da data do falecimento de sua mãe, mas somente o fez a contar da morte do seu pretense avô, suposto pai da falecida Tialbina, foi decidido que tal direito caducara.

Em conformidade concluiu-se no acórdão em causa:

Se o filho ilegítimo falecer sem ter passado o prazo legal para instaurar a acção de investigação de paternidade ilegítima, transmitirá esse direito aos herdeiros, que caducará no prazo de um ano, *a contar do falecimento do filho*, nos termos do § único do artigo 42.º do Decreto n.º 2 de 25 de Dezembro de 1910.

Por sua vez, no Acórdão de 1928 foi decidido que, tendo o filho adulterino falecido antes do pretense pai, poderá o seu descendente intentar a acção de investigação dentro do prazo de um ano, *a contar do falecimento do pretense avô*, nos termos da regra geral do artigo 37.º do Decreto n.º 2, não sendo aplicável a esta hipótese a disposição restritiva do § único do artigo 42.º

*

Conhecendo:

A questão consiste em decidir qual o alcance do disposto no § único do artigo 42.º citado, isto é, em determinar o prazo em que deve ser proposta a acção de investigação de paternidade ilegítima pelos herdeiros do filho.

Este preceito da lei está assim redigido:

Artigo 42.º Os herdeiros dos filhos podem prosseguir nas acções de investigação pendentes, mas só podem intentá-las de novo tendo o filho falecido ou caído em demência na ocasião em que ainda lhe era lícito propor a acção, nos termos do artigo 37.º e n.º 1.º, e havendo falecido nesse estado sem que a acção tivesse sido proposta pelo tutor.

§ único. *Esta acção prescreve pelo lapso de um ano, contado desde o falecimento do filho.*

No acórdão proferido nos autos entendeu-se que este parágrafo tanto se aplica no caso de o filho falecer antes como depois do pretense pai e que o mesmo se refere somente ao que estabelece o corpo do artigo.

Neste consideram-se duas hipóteses, *exclusivamente* respeitantes *aos herdeiros* dos filhos ilegítimos, nas quais se lhes concede o direito de:

a) Prosseguirem as acções de investigação pendentes;

b) Serem os próprios *herdeiros* a instaurar a acção.

Assim, enquanto o artigo 37.º diz respeito aos *filhos ilegítimos*, o artigo 42.º diz respeito aos seus *herdeiros*.

O artigo 42.º indica as condições de facto e de direito que condicionam essa actividade judicial; e, ao enunciá-las, refere-se, de um modo geral, ao falecimento do filho, sem distinguir se o falecimento ocorreu antes ou depois do óbito do pretense pai.